

INST FED.DA PARAIBA/CAMPUS JOÃO PESSOA

Estudo Técnico Preliminar 10/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23326.000946.2025-65

2. Introdução

2.1 No âmbito do serviço público, quando a administração pretende realizar uma obra ou um serviço, proceder uma aquisição de um bem, promover uma alienação de um imóvel, proceder uma concessão, permissão ou locação de um serviço público, contratando, para tanto, um particular, deverá valer-se do procedimento denominado **licitação**, que se baseia-se na estrita observância do princípio da legalidade e da supremacia do interesse público na busca dos melhores preços e no emprego das melhores técnicas para o atendimento a necessidade dos cidadãos.

2.2 Na ótica do conceituado professor Celso Antônio Bandeira de Mello, licitação "é um certame que as entidades governamentais devem promover e no qual abrem disputa entre os interessados em com elas travar determinadas relações de conteúdo patrimonial, para escolher a proposta mais vantajosa às conveniências públicas. Estriba-se na ideia de competição, a ser travada isonomicamente entre os que preencham os atributos e aptidões necessários ao bom cumprimento das obrigações que se propõem a assumir".

2.3 Para Hely Lopes Meirelles, "licitação é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse. Como procedimento desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos".

2.4 Já segundo Marçal Justen Filho afirma que "é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos de seleção da proposta mais vantajosa, com observância do princípio da isonomia, conduzido por um órgão dotado de competência específica".

2.5 Na visão de José dos Santos Carvalho Filho. licitação "é o procedimento administrativo vinculado por meio do qual os entes da Administração Pública e aqueles que por ela controlados selecionam a melhor proposta entre as oferecidas pelos vários interessados, com dois objetivos – a celebração de contrato ou a obtenção do melhor trabalho técnico, artístico ou científico".

2.6 Nessa lógica, na busca de alcançar seu objetivo principal, quer seja, selecionar as melhores e mais vantajosas propostas para administração pública, devem ser seguido ritos preestabelecidos por lei até a formalização das contratações.

2.7 Geralmente, as contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de política públicas. Neste sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, posto que a realização de estudos previamente delineados conduza o conhecimento de novas modelagens/metodologias oferecidas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos. (SEGES/MPOG, 2017).

2.8 Nessa esteira, a primeira etapa do planejamento da contratação, que se constitui na elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares, realizada por equipe própria designada para tal finalidade, servem, essencialmente, para balizar a administração pública quanta à viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida.

2.9 Neste caso, o objeto da licitação em comento é a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de 02 (dois) elevadores de tração, em aço inox, com capacidade de transporte de passageiros entre 650 e 675Kg (de até 7 pessoas), combinada com 12 (doze) meses de manutenção em garantia.

2.10 Ressalte-se que o IFPB Campus João Pessoa foi responsável pela execução do projeto executivo estrutural das adequações civis, elétricas e outras para adequar os locais para instalação dos equipamentos. No entanto, poderá ocorrer ajustes, necessários e imprescindíveis durante a instalação dos equipamentos, os quais ficarão a cargo da empresa contratada.

3. Descrição da necessidade

3.1 A Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios (UAG), conhecida como Unidade Acadêmica 05, abriga atualmente 02 (dois) Cursos Superiores, Bacharelado em Administração (Turnos: Diurno e Noturno) e Tecnólogo em Negócios Imobiliários, além de 02 (dois) Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, Contabilidade e Eventos, sendo este último atrelado ao Programa Nacional de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e 01 (um) Técnico Subsequente em Secretariado.

3.2 Nesse contexto, a referida unidade dispõe de 16 (dezesesseis) salas de aula, sala de professores, salas das coordenações de cursos, secretaria, laboratórios, banheiros e ambiente de convivência, distribuídos em 04 (quatro) pavimentos, visando atender diretamente aos cursos vinculados à unidade, e diversos outros cursos de outras unidades, que perfaz um público de aproximadamente 1.650 (mil e seiscentos e cinquenta) usuários, em circulação diária, entre professores e estudantes.

3.3 A instalação de elevadores está prevista no Código de Obras do Município de João Pessoa, que em seu art. 162 prevê “a obrigatória instalação de elevadores nas edificações de mais de três (3) pavimentos, compreendido o térreo e contados a partir deste, num só sentido; ou de mais de 10,00 m (dez metros de distância vertical contados do nível do meio fio fronteiro ao acesso principal até o piso do último pavimento.”

3.4 Na mesma esteira, ratificando esta obrigatoriedade, o Decreto nº 3.298, de 20/12/1999, que regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, em seu artigo 2º reza que: “cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.”

3.5 Como forma de otimizar a mobilidade dos usuários e por imposição legal, se faz necessário e urgente, a instalação dos 02 (dois) elevadores, conforme aqui proposto, de modo de garantir e atender a necessidade das pessoas usuárias, em especial, aquelas com deficiências ou mobilidade reduzidas, para que possamos oferecer as condições necessárias para o desempenho de suas atividades acadêmicas, sem ou com as mínimas restrições possíveis.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Administração, Planejamento e Finanças	Carlos Alberto Assis Montenegro Junior
Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios - UA5	Herbert Jose Cavalcanti de Souza

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 O objeto deste Estudo Técnico Preliminar será prestado por empresa especializada no ramo de atividade do objeto (fabricação, fornecimento, instalações de elevadores e plataformas), devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos neste documento e nos demais documentos que nortearão esta contratação.

5.2 A contratação em tela é por escopo, tratando-se de aquisição de bens permanentes conjugada a realização de serviços de instalação dos elevadores, com entrega e conclusão em período predeterminado.

5.3 O fornecimento dos equipamentos, conforme as especificações definidas pelo setor demandante, estará associada à prestação dos serviços de instalação dos elevadores, que, conforme as especificações requeridas, será requisito essencial sua aptidão para manter à disposição da contratante pessoal formal e materialmente capacitado à sua execução.

5.4 Além da documentação necessária, conforme legislação vigente, Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores - SICAF e edital, a(s) licitante(s) deverá(ão) apresentar a seguinte documentação complementar:

5.4.1 Comprovação que empresa atua na área de engenharia mecânica especializada na prestação de serviços de instalação de elevadores e plataformas elevatórias de acessibilidade apresentando a Certidão de Acervo Técnico (CAT) de serviços equivalentes já realizados;

5.4.2 Mínimo de 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em papel timbrado da empresa emitente ou com o carimbo da mesma, indicando endereço e telefone da emitente, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atestem aptidão para o desempenho da atividade, compatível em características e prazo com o objeto a ser contratado; comprovando que a licitante tenha fornecido e prestado o serviço de instalação de elevadores de acordo com as características do objeto do termo de referência;

5.4.3 Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e /ou Atestado de Capacidade Técnica-Operacional devidamente registrado no CREA, que ateste aptidão para o desempenho da atividade instalação de plataformas/elevadores, compatível em características e prazo com o objeto em tela.

5.4.4 O(s) Responsável(is) Técnico(s) constante(s) do(s) atestado(s) ou na CAT deverá(ão) ser engenheiro(s) mecânico(s), o que será comprovado pela Certidão de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica fornecida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA vigente;

5.4.5 Comprovação de que a licitante possui em seu quadro de funcionários, na data da licitação, pelo menos 01 (um) profissional de nível superior ou outro apto a desenvolver as atividades relacionadas com o objeto desta licitação, para atuar como Responsável Técnico no Contrato, mediante apresentação da Certidão de Registro de Pessoa Física emitida pelo CREA da jurisdição do domicílio do profissional e de um documento que comprove o vínculo empregatício com a Licitante;

5.4.6 Atestado de visita e vistoria, emitido pela e assinado por servidor representante do IFPB, por ocasião da visita ao local do serviço ou declaração de dispensa de visita e vistoria;

5.4.7 Declaração indicando o nome, CPF, número do registro no CREA da região competente, do responsável técnico que acompanhará a execução das instalações e manutenções dos equipamentos;

5.4.8 Comprovação que possui estrutura adequada para cumprimento do objeto desta licitação, com cobertura para pronto atendimento aos chamados de resgate de passageiro preso na cabine, atendimento dos chamados de manutenções corretivas e preventivas dentro dos prazos estipulados, mediante declaração própria acompanhada do cartão CNPJ com endereço na região metropolitana de João Pessoa /PB da empresa que prestará os serviços de implantação e manutenções em garantia;

5.4.9 Declaração que a empresa contratada atende as práticas de sustentabilidade previstas no Termo de Referência, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia Geral da União (AGU);

5.4.10 Declaração, sob as penas da lei, quanto à observância das Normas Técnicas NBR NM 207, (no que se aplicar), NBR 5665, NBR 5666, NBR NM 313 e NBR 16042, todas da ABNT, aplicadas à fabricação e à instalação de elevadores de passageiros, inclusive no que tange às instalações elétricas da estrutura do equipamento.

5.4.10 Declaração, sob as penas da lei, quanto à observância das seguintes Normas Técnicas:

5.4.10.1 ABNT NBR NM 207:1999 (no que se aplicar);

5.4.10.2 ABNT NBR NM 267:2001;

5.4.10.3 ABNT NBR 5665:1983;

5.4.10.4 ABNT NBR NM 313:2007;

5.4.10.5 ABNT NBR 16858-1:2020;

5.4.10.6 ABNT NBR 16858-2:2020;

5.4.10.7 ABNT NBR 16083:2012;

5.4.10.8 ABNT NBR 9050:2020;

5.4.10.9 ABNT NBR 12892:2009;

5.4.10.10 NBR ISO 9386-1 e suas complementares, todas da ABNT, aplicadas à fabricação e à instalação de elevadores/plataformas de passageiros, inclusive no que tange às instalações elétricas da estrutura do equipamento.

5.5 A contratada deverá entregar e instalar os equipamentos conforme as especificações técnicas constantes no termo de referência. A instalação dos elevadores deverá ser precedida da entrega dos projetos mecânico, elétrico e de montagem.

5.6 A contratada deverá observar as exigências legais de sustentabilidade ambiental na execução do objeto, observando especialmente:

5.6.1 Racionalização no consumo de energia;

5.6.2 Treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdício /poluição;

5.6.3 Triagem adequada dos resíduos gerados nas atividades realizando a separação dos resíduos recicláveis oriundos da prestação dos serviços em parceria com a Contratante, observados os dispositivos legais e de acordo com o Decreto 5.940/06 e IN/MARE nº 6/1995;

5.6.4 A disposição final e ambientalmente adequada das embalagens, resíduos, peças e dos equipamentos após o uso, em observância à Logística Reversa disposta no art. 33 da Lei nº 12.305/2010 – que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

5.7 Os bens que constituem o objeto a ser contratado, enumerados no presente instrumento, enquadram-se na classificação de serviço comum de engenharia, nos termos do inciso XXI, alínea "a" do artigo 6º da Lei 14.133 de 01 /04/2021.

5.8 Os itens objeto deste ETP possuem padrões de desempenho e qualidade passíveis de serem objetivamente definidos em edital e termo de referência, por meio de especificações usuais no mercado, nos termos dispostos no §3º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021, que assim reza: "Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

5.9 De tal modo, deverão ser licitados na modalidade pregão, na forma eletrônica, conforme Art. 28, inciso I, c/c a excepcionalidade disposta no Art. 29, parágrafo único, ambos da Lei nº 14.133/2021.

5.10 O Julgamento da proposta será pelo menor preço ofertado por item, nos termos estabelecidos pela Instrução Normativa SEGES/ME n.º 73, de 30/09/2022, cuja realização se dará por meio do Sistema de Compras do Governo federal (Compras.gov.br).

5.11 O regime de execução desta contratação será por preço unitário.

5.12 Prazo de vigência da contratação será de 1 (um) ano, devendo a entrega e instalação dos equipamentos serem realizadas num prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

6. Levantamento de Mercado

6.1 No levantamento de mercado foram consideradas as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, a partir do Painel de Preços (paineldepregos.planejamento.gov.br), demonstradas no Anexo I - Relatório de Compras Similares, que se faz parte integrante deste ETP.

6.2 Para corroborar com o referido levantamento, realizou-se uma pesquisa no mercado local, na qual identificamos diversas empresas, de reconhecimento nacional, especializadas no fornecimento, instalação e manutenção de elevadores e plataformas, conforme detalhado a seguir:

EMPRESA	DADOS
Thyssenkrupp Elevadores (TK Elevator João Pessoa)	Av. Piauí, 176 - Estados, João Pessoa - PB - 58030-330 - Tel.: (83) 3003-0499 - https://www.tkelevator.com/br-pt/
Atlas Schindler	Av. França Filho, 460 - Manaíra – João Pessoa – PB - CEP: 58038-150 - Tel.: (83) 3226-1608 - https://www.schindler.com.br/pt/contato.html
Otis	Rua Vandick Pinto Filgueiras, 120 - Miramar, Joao Pessoa - PB, 58.043-022 - Tel: (83) 3515-8400 - https://www.otis.com/pt/br
Orona AMG Elevadores	R. Francisco Dantas, 09 - Barro Vermelho, Natal - RN, 59030-710 - (84) 3201-4713 - http://www.amgelevadores.com.br/
Engeltech Elevadores - Concessionária HYUNDAI PB	Av. Cabo Branco, 3790 - Cabo Branco, João Pessoa - PB, 58045-010. Tel.: (83) 3222-3970 - https://engeltech.eng.br/
ONE Elevadores PB	Empresarial Excelsior - Av. João Cândio da Silva, nº 620 - Sala 203 - Manaíra, João Pessoa - PB, 58038-341 - (83) 3021-1661 - https://oneelevadores.com.br/

7. Descrição da solução como um todo

7.1 A solução proposta é a contratação de empresa especializada para o fornecimento com instalação de elevadores de passageiros visando dar condições de acessibilidade e mobilidade aos usuários do Instituto Federal da Paraíba – Campus João Pessoa.

7.2 Todos os elementos necessários à aquisição dos bens estarão dispostos no Termo de Referência, dentre eles, as obrigações e as responsabilidades da contratada, bem como as especificações técnicas necessárias.

7.3 A instalação dos elevadores ocorrerá no Bloco da Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios (UA5), localizado no Instituto Federal da Paraíba – Campus João Pessoa, Av. Primeiro de Maio, 720, Jaguaribe – João Pessoa/PB e ocorrerá num prazo de 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

7.4 Os projetos executivos das adequações estruturais e dos equipamentos serão elaborados pela empresa Contratada em até 60 dias da emissão da Ordem de Serviço, sendo analisados e validados pela CONTRATANTE em até 15 dias, se necessários.

7.5 A execução das adequações contidas nos projetos executivos estruturais, elaborados pela CONTRATADA, para instalação das plataformas/elevadores serão de responsabilidade da CONTRATANTE.

7.6 Qualquer adequação estrutural adicional não constante no projeto executivo elaborado pela CONTRATADA e aprovado pelo IFPB será de responsabilidade da CONTRATADA.

7.7 O fornecimento e instalação de todos os equipamentos no respectivo local será de responsabilidade da empresa CONTRATADA, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

7.8 A prestação dos serviços deverá ser acompanhada pelo(a) engenheiro responsável técnico, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no CREA.

7.9 Quando do recebimento do objeto, a empresa contratada deverá efetuar os testes de comissionamento, com acompanhamento do fiscal do contrato do IFPB, visando constatar a qualidade e atendimento das especificações dos equipamentos/montagem de acordo com o termo de referência e a adequação às normas vigentes, conforme exemplificado a seguir:

7.9.1 medição da velocidade nominal; verificação dos sistemas de segurança;

7.9.2 proteção contra sobrecarga do motor; teste de carga plena; cumprimento das normas técnicas;

7.9.3 verificação de funcionalidade e acionamento do sistema de resgate automático e emergência, e;

7.9.4 demais testes necessários com todos os custos sob responsabilidade da empresa CONTRATADA.

7.10 Quando algum equipamento apresentar falhas na inspeção ou teste de comissionamento, não atendimento das especificações, o IFPB poderá rejeitá-lo, e o contratado deverá trocar os bens /itens rejeitados, no prazo de até 30 (trinta) dias.

7.11 Deverão ser corrigidos, reparados, removidos ou substituídos, às expensas da empresa CONTRATADA, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

7.12 Após abertura do chamado de manutenção corretiva a contratada têm prazo de até 1 (um) dia útil para atendimento e de até 4 (quatro) dias úteis para solução do defeito.

7.13 Após execução do reparo, deverá ser elaborado o correspondente relatório técnico, registrando os horários de início e término de atendimento, os defeitos apresentados, possíveis peças substituídas e as ações corretivas, a identificação do funcionário que prestou serviço e quaisquer outras anotações pertinentes e deverá ser assinado pelo representante do IFPB.

7.14 Após abertura do chamado emergencial a contratada têm prazo de até 2 (duas) horas para liberação de pessoas presas nas cabines dos elevadores localizados no Bloco da Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios (UA5), localizado no Instituto Federal da Paraíba – Campus João Pessoa, Av. Primeiro de Maio, 720, Jaguaribe – João Pessoa/PB.

7.15 A manutenção preventiva deverá ser realizada 1 (uma) vez ao mês, no curso dos 12 (doze) meses de garantia.

7.16 A empresa contratada deverá fornecer relatório de manutenção preventiva onde deverão constar os itens verificados de acordo com as exigências do fabricante do equipamento e a legislação em vigor.

7.17 Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART) do contrato, nos termos das normas pertinentes (Leis ns.6.496/77 e 12.378/2010);

7.18 A garantia dos equipamentos será pelo período de 12 meses contado do recebimento provisório do equipamento.

7.19 Para o período de garantia deverá ser efetuada pela contratada a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de manutenção dos equipamentos no CREA, que compreenderá as manutenções preventivas com frequência mensal, manutenções corretivas e emergenciais, com substituição das peças e das partes defeituosas sem ônus para o IFPB, exceto quando o defeito for provocado por mau uso dos equipamentos, fato este devidamente comprovado através de relatório específico.

7.20 Ceder os direitos patrimoniais relativos aos projetos, inclusive manual e planos de manutenção, para que a Administração possa utilizá-lo de acordo com o previsto no Termo de Referência e seus anexos.

7.21 Atender às Normas de Segurança e Instalação obedecendo integralmente às diretrizes estabelecidas nas seguintes normas:

- NBR 16858-1:2021 – Requisitos de segurança para construção e instalação – Parte 1: Elevadores de passageiros e elevadores de passageiros e cargas;
- NBR 16858-2:2020 – Parte 2: Requisitos de projeto, cálculos, inspeções e ensaios de componentes;
- NBR 16858-3 – Parte 3: Acessibilidade em elevadores para pessoas, incluindo pessoas com deficiência;
- NBR 16858-4 – Parte 4: Comportamento dos elevadores em caso de incêndio;
- NBR 16858-6 – Parte 6: Elevadores de emergência para uso dos bombeiros;
- NBR 16858-7 – Parte 7: Melhoria da segurança de elevadores de passageiros e de passageiros e cargas existentes.

7.22 Atender aos Requisitos de Eficiência Energética

7.22.1 Os equipamentos deverão possuir classe de eficiência energética "A", conforme definido pelas normas:

- ABNT NBR ISO 25745-1:2020 – Medição de energia e classificação de desempenho para elevadores, escadas rolantes e esteiras rolantes;
- ABNT NBR ISO 25745-2:2024 – Eficiência energética de elevadores – Parte 2: Cálculo de energia e classificação para elevadores.

7.22.2 Para fins de comprovação do atendimento aos requisitos de eficiência energética, deverá ser apresentado laudo técnico emitido pelo fabricante, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- Demanda específica total de energia do elevador (mWh/(kg·m));
- Demanda de energia diária em standby;
- Demanda de energia diária em viagem;
- Tempo médio de viagem por dia (h/dia);
- Tempo médio em standby por dia (h/dia);
- Carga nominal do elevador;
- Velocidade nominal do elevador.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 As quantidades estimadas a serem contratadas são as constantes no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Elevador de tração elétrica em aço inox capacidade entre 650kg e 675kg (de até 7 passageiros);	47287	Unid.	02	R\$ 208.000,00	R\$ 416.000,00

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 416.000,00

9.1 A estimativa do valor da contratação foi realizada conforme as metodologias descritas no artigo 23, §2º da Lei no 14.133/2021, e regulamentado na IN SEGES/ME no 65, de 7 de julho de 2021.

9.2 Sendo assim, registramos que a descrição dos itens consta no relatório resumo das pesquisas de preços elaborado pela equipe de planejamento.

9.3 Os responsáveis pela pesquisa de preços são os componentes da equipe de planejamento descritos da PORTARIA 23/2025 - PRAF/REITORIA/IFPB.

9.4 Utilizou-se como fonte de consulta o Painel de Preços (paineldepregos.planejamento.gov.br), além de pesquisa direta com empresas especializadas.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 Considerando a unicidade da solução encontrada, e por tratar-se apenas de 02 (duas) unidades de um único equipamento, cujo fornecimento e instalação pode ser perfeitamente atendido por empresa com uma única especialidade, não há vantagem em promover o parcelamento da solução.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 Não serão necessárias contratações interdependentes para a execução do objeto.

11.2 No entanto, a aquisição e instalação dos elevadores, acarretará a necessidade da contratação de uma empresa para realização da manutenção preventiva e corretiva após o término da garantia estabelecida.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 Esta contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual (PCA), registrada no PCA 2025 da UASG 158469, número da identificação da futura contratação 158469-21/2025, bem como ao PDI IFPB (2020/2024), que foi prorrogado até **31/10/2025**, por meio da RESOLUÇÃO 14/2025 - CONSUPER/DAAOC/REITORIA/IFPB, de 6 de maio de 2025.

12.2 No Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFPB (2020/2024), que se alinhava ao Plano de Acessibilidade da Instituição, instituído pela Resolução CONSUPER/IFPB N° 240, de 17/12/2015, estão norteadas as adequações arquitetônicas a serem promovidas na instituição para atender às necessidades de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, em conformidade com a NBR 9050/2015.

12.3 A concepção e implementação das ações previstas no referido plano de acessibilidade, conforme Art. 6º da Resolução CONSUPER/IFPB N° 240, de 17/12/2015, devem orientadas visando, dentre outras premissas:

12.3.1 Eliminar as barreiras arquitetônicas, urbanísticas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais ora existentes;

12.3.2 Facilitar o acesso, a circulação e a comunicação;

12.3.3 Fomentar a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de pessoas com deficiência;

12.3.4 Promover a educação inclusiva, coibindo quaisquer tipos de discriminação;

12.3.5 Garantir a igualdade nas condições de acesso às atividades escolares e administrativas;

12.3.6 Proporcionar o atendimento prioritário e educacional especializado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

12.4 No termos do Art. 6º da Resolução CONSUPER/IFPB N° 240, DE 17 de Dezembro de 2015 deve adotar medidas para garantir a acessibilidade de suas edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos através da elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos baseados nas premissas do desenho universal, assim como, da remoção de barreiras arquitetônicas e da adequação das unidades existentes nos casos de reforma.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 A contratação tem como principal resultado a aquisição e instalação dos elevadores dotados de sistema de comando, cabines, portas, batentes, botoeiras e demais componentes, em complementação às obras civis do Bloco da Unidade Acadêmica de Gestão e Negócios (UA-V), viabilizando as condições de acessibilidade e mobilidade aos usuários que transitam na edificação, além do devido atendimento às legislações pertinentes.

14. Providências a serem Adotadas

14.1 Não serão necessárias intervenções na estrutura física do local onde o elevador deverá ser instalado, considerando que a instalação foi programada ainda na fase de execução do edifício, sendo tomadas, à época, providências com vistas a dotar a edificação da infraestrutura necessária.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Não foram verificados impacto ambientais provocados pelo atendimento da presente demanda.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1 Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes neste Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, entendemos, salvo melhor juízo, que a contratação para aquisição dos elevadores e suas consequentes instalações apresenta viabilidade técnica e econômica, inclusive está prevista no Plano de Contratações Anual/2025 e alinhada com o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB, atendendo ao disposto no Art. 1º, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

16.2 Os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, e os riscos envolvidos são administráveis, podendo ser mitigados, de modo que não impeçam a execução do objeto e a consecução dos benefícios pretendidos pela área requisitante.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALECSANDRO MONTEIRO KRAMER

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 30/05/2025 às 10:23:03.

JOSIVALDO FRANCISCO DA SILVA

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 02/06/2025 às 09:28:25.

ANTONIO DE ARAUJO PEREIRA

Membro da Equipe de Planejamento

ELIZABETE DA COSTA GOMES

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 30/05/2025 às 11:33:13.